



BOFF, Leonardo. *Sustentabilidade: o que é – o que não é*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

Da Universidade Estadual de Montes Claros – Minas Gerais – Brasil

gustavocepolini@usp.br

Nessa obra o teólogo e filósofo Leonardo Boff, coautor da teologia da libertação, da ecoteologia da libertação e da Carta da Terra, apresenta uma reflexão crítica e integradora da sustentabilidade nas vésperas da Rio + 20, a Conferência das Nações Unidas sobre

Meio Ambiente realizada no Brasil, vinte anos depois da ECO-92.

Desde as primeiras páginas o autor vai ao âmago do tema, discutindo as contradições e as perspectivas sobre a “nossa casa comum” – o planeta Terra. Tais reflexões são oriundas de outras obras do autor que desde a década de 1980 dedica-se às questões ecológicas e socioambientais, a partir das seguintes obras: *Ética e ecoespiritualidade* (1984), *Ecologia, mundialização e espiritualidade* (1993), *Nova era: a emergência da consciência planetária* (1994), *Ecologia: grito da terra, grito dos pobres* (1995), *Princípio Terra: a volta à Terra como pátria comum* (1995), *Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra* (1999), *O casamento entre o céu e a terra: contos dos povos indígenas do Brasil* (2001), *Terra América: imagens com Marco Antonio Miranda* (2003), *Responder florindo: da crise da civilização a uma revolução radicalmente humana* (2004), *Mundo eucalipto: os fatos e mitos de sua cultura com José Roberto Scolforo* (2008), *Opção Terra: a solução para a Terra não cai do céu* (2009), *Cuidar da Terra, proteger a vida* (2010), *El planeta Tierra: crisis, falsas soluciones, alternativas* (2011), *As quatro ecologias: ambiental, política e social, mental e integral* (2012), *O cuidado necessário: na vida, na saúde, na educação, na ecologia, na ética e na espiritualidade* (2012) e *O TAO da libertação: explorando a ecologia da transformação com Marie Hathaway* (2012).

No prefácio da obra já afirma que: “há poucas palavras mais usadas hoje do que o substantivo sustentabilidade e o adjetivo sustentável. Pelos governos, pelas empresas, pela diplomacia e pelos meios de comunicação” (p. 09).

Trata-se, portanto de uma etiqueta que se procura colar nos produtos e nos processos de sua confecção para agregar-lhes valor, ou seja, remete à lógica e, sobretudo,

a sociedade de mercado. Por isso, “[...] são experimentos regionais de valor, mas essa não é a dinâmica global necessária, face à geral degradação do planeta, da natureza e da escassez de recursos. São ilhas no meio de um mar encapelado pelas muitas crises” (p. 09).

Dessa maneira, pode-se mencionar a sustentabilidade como uma “falsidade ecológica” ao ocultar os reais problemas ambientais; a agressão à natureza, contaminação química dos alimentos e de marketing comercial apenas para vender e lucrar, pois, na maioria das vezes que se anuncia a sustentabilidade ou algo sustentável isso geralmente, não o é.

Como exemplo elementar dessa sustentabilidade diz que o que se pratica com frequência é o *greenwash*, ou seja, “pintar de verde” para iludir o consumidor que busca produtos não quimicalizados, em tese limpos, ecológicos e saudáveis. “Por isso impõe-se senso crítico e uma compreensão mais apurada para saber o que é sustentabilidade e o que não é” (p. 10).

Essa falsidade, ou mesmo eufemismo, em relação à sustentabilidade é intensamente debatida pelo autor, apontando algumas alternativas para a consolidação de uma sustentabilidade verídica, que integre de fato todos os seres humanos e todos os tipos de vida. Tais apontamentos estão presentes no prefácio, nos doze capítulos, na conclusão e nos dois anexos apresentados – A Carta da Terra e as dicas de sustentabilidade ecológica que perpassam as “mudanças na vida cotidiana” e os “Conselhos ecológicos do Padre Cícero”.

No primeiro capítulo – Sustentabilidade: questão de vida ou morte retoma brevemente o histórico da Carta da Terra e enfatiza o atual momento crítico em que a escolha “[...] é nossa e de ser: ou formar uma aliança global para cuidar da Terra uns dos outros, ou arriscar a nossa destruição da diversidade da vida” (Preâmbulo da Carta da Terra).

Nesse sentido, aponta os desafios hodiernos para a construção da sustentabilidade, seguida da análise da insustentabilidade da atual ordem ou mesmo desordem socioecológica que está ancorada em algumas tendências e pontos críticos, como exemplo:

A insustentabilidade do sistema econômico-financeiro.

A insustentabilidade social da humanidade por causa da injustiça mundial.

A crescente dizimação da biodiversidade: o Antropoceno.

A insustentabilidade do Planeta Terra: a pegada ecológica.

O aquecimento global e o risco do fim da espécie.

Em relação ao atual modelo de produção e acumulação, enfatiza que a Gaia não resistirá às explorações e às manipulações oriundas das tecnologias sujas até as mais sutis,

que utilizam a genética e a nanotecnologia, agridem sistematicamente o equilíbrio vital da Gaia com o uso intensivo de agrotóxicos e pesticidas que continuamente destroem micro-organismos, modificam a qualidade do solo e da água e, conseqüentemente alteram a vida – biodiversidade. Daí, o debate do Antropoceno que se caracteriza pela “[...] capacidade de destruição do ser humano, acelerando o desaparecimento natural das espécies” (p. 21).

Nessa perspectiva, afirma que a história da Terra de 4,4 bilhões de anos já teve quinze grandes dizimações, as quais continuam num ritmo intenso nessa nova era geológica, que sucede a do Holoceno. Como argumento apresenta estudos da Ecologia Geral de Harvard que estima estarem sendo eliminadas entre 27.000 a 100.000 espécies por ano no mundo. Assim como apresenta o resultado de um diagnóstico publicado pelo PNUMA de 2011, ao afirmar que mais de 122% das plantas do mundo se encontram sobre risco de extinção devido à destruição dos biomas e habitats naturais em consequência do desmatamento em função do agronegócio, da produção de alimentos/*commodities* e da pecuária.

Num segundo exemplo central nessas análises refere-se à pegada ecológica como mais um elemento da insustentabilidade. Em 1961 precisávamos de 63% da Terra para atender as demandas humanas. Já em 1975 de 97%, em 1980 de 100,6%, em 2005 de 145%, em 2011 de 170% da Terra, ou seja, quase dois planetas. E, nesse ritmo em 2030 precisaremos de três planetas. O que é impossível, por isso, há uma injustiça socioambiental e um modo de consumo nos países ricos que não atinge todos. Sozinhos, EUA, União Europeia e Japão precisariam de cinco planetas, o que é irracional.

A partir desse cenário contraditório o autor conceitua sustentabilidade e aponta alguns desdobramentos na escala mundial. Para Boff, o conceito de “sustentabilidade” não é da década de 1970 como apregoa a literatura ambiental clássica, esse conceito já possui mais de 400 anos.

Tais evidências são comprovadas pela menção de dicionário do início do século XX, assim como da palavra alemã *Nachhaltig-keit* que traduzida significa “sustentabilidade”; sendo utilizada na Alemanha, em 1560, na Província da Saxônia que a partir da preocupação pelo uso racional das florestas, elaboraram formas para que elas pudessem se regenerar e se manter permanentemente.

Nesse contexto, o autor fala da pré-história do conceito de “sustentabilidade”, ou seja:

[...] o nicho a partir do qual nasceu e se elaborou o conceito de “sustentabilidade” é a silvicultura, o manejo das florestas. Em todo mundo antigo e até o alvorecer da Idade Moderna a madeira era a matéria-prima principal na construção de casas e móveis, em aparelhos agrícolas, como combustível para cozinhar e aquecer as casas. Foi amplamente usada para fundir metais e na construção de barcos, que na época das “descobertas/conquistas” do

século XVI singravam todos os oceanos. O uso foi tão intensivo, particularmente na Espanha e em Portugal, as potências marítimas da época, que as florestas começaram a escassear (p. 32).

A definição de Desenvolvimento Sustentável, construído a partir da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1984, cujo lema era "Uma agenda global para a mudança", resultou em 1987 no relatório da Primeira-ministra norueguesa Gro Harlem Brundland com o sugestivo título ***Nosso futuro comum***, chamado simplesmente de *Relatório Brundland*.

Nesse relatório, temos claramente a expressão "Desenvolvimento Sustentável" como: "aquele que atende as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem a suas necessidades e aspirações" (p. 34).

Para o autor, "esta definição se tornou clássica e se impôs em quase toda a literatura a respeito do tema" (p. 34). E, para aprofundar o diálogo, o autor apresenta nove propostas que vem sendo formuladas, e a maioria tentando "salvar" uma visão de sustentabilidade, todavia, imprimem certas metáforas insustentáveis, as quais são analisadas no terceiro capítulo com os seguintes subtítulos:

- 1) O modelo-padrão de desenvolvimento sustentável: sustentabilidade retórica.
- 2) Melhorias no modelo-padrão de desenvolvimento.
- 3) O modelo de neocapitalismo: ausência de sustentabilidade.
- 4) O modelo do capitalismo natural: a sustentabilidade enganosa.
- 5) O modelo da economia verde: a sustentabilidade fraca.
- 6) O modelo do ecossocialismo: a sustentabilidade insuficiente.
- 7) O modelo de ecodesenvolvimento ou da bioeconomia: sustentabilidade possível.
- 8) O modelo da economia solidária: a micro-sustentabilidade viável.
- 9) O bem-viver dos povos andinos: a sustentabilidade desejada.

A leitura crítica dos tópicos supracitados revela que o antropocentrismo é ilusório, pois, além de colocar o homem fora da natureza, como se fosse possível, ainda agrava a contradição entre a sobrevivência da natureza e do próprio homem, visto a destruição desenfreada de vários tipos de vida, desencadeando inúmeros desequilíbrios globais. Nesse sentido, busca-se uma definição e uma práxis integradora de sustentabilidade, ou seja, uma perspectiva sistêmica, na qual cada parte afeta o todo e vice-versa; ecocêntrica e biocêntrica.

Para Boff, a "sustentabilidade é toda ação destinada a manter as condições energéticas, informacionais, físico-químicas que sustentam todos os seres, especialmente a Terra viva, a comunidade de vida e a vida humana, visando sua continuidade e ainda atender as necessidades da geração presente e das futuras, de tal forma que o capital

natural seja mantido e enriquecido em sua capacidade de regeneração, reprodução e coevolução” (p. 107).

Nos capítulos cinco e seis – Pressupostos cosmológicos e antropológicos para um conceito integrador de sustentabilidade e Rumo a uma definição integradora de sustentabilidade, respectivamente, é possível conhecer um novo paradigma civilizatório que em consonância com a Carta da Terra permite entendermos o conjunto de visões da realidade, de valores, de tradições que reconhecem a Terra como superorganismo vivo – a Gaia.

Em relação à nova cosmologia ressalta que a palavra ecologia filologicamente deriva-se de casa em grego *oikos* que remete à nossa grande Casa Comum que é o universo, os cosmos e somente depois sobre nosso Planeta Terra. Por isso, reafirma que a ecologia não se limita ao ambientalismo; essa está ancorada nas ecologias social, mental, industrial, urbana e por fim a integral. “Todas estas realidades, entre outras, são emergências das cosmogêneses e ocorrem dentro do processo evolutivo universal e não à margem dele” (p. 97).

Nesse sentido, apresenta a Era Ecozoica, expressão sugerida por Brian Swimme astrofísico do Centro para História do Universo do Instituto de Estudos Integrals da Califórnia.

No ecozoico tudo é ecologizado porque a ecologia, em seu sentido integral, ganhará centralidade, e ao redor de seu eixo se organizarão todas as demais atividades: a econômica, a social, a política, a industrial, a cultural e a religiosa. Ecologizar aqui significa buscar um equilíbrio de todos os fatores e estar em sinergia e sintonia com o Todo (p. 98).

Tais apontamentos estão atrelados ao aumento populacional, às estratégias para segurança alimentar da humanidade e a governança global do Sistema Terra e do Sistema Vida definidos pelo autor na tentativa de uma ampla e integradora conceituação da sustentabilidade.

Para dialogar com a renovação do contrato natural Terra – humanidade deve-se mencionar sua última grande contribuição à temática socioambiental ao defender na Assembleia da ONU, juntamente com outros movimentos e lideranças a criação do Dia da Mãe Terra, instituído a partir dia 22 de abril de 2009, visão esta que permite a sustentabilidade planetária. Trata-se de longas e difíceis discussões até a Assembleia da ONU aprovar a ideia e a declaração de que a Terra é Mãe, ou seja, Terra como solo e chão pode ser alterada, mexida, comprada e vendida. Enquanto a Terra como Mãe, impossibilita tais práticas, por que deve-se respeitá-la e reconhecer seus valores e direitos. Como exemplo nota-se ainda o importante papel do indígena aymara Evo Morales Ayma -

Presidente da Bolívia que vem sistematicamente nesse início de século XXI defendendo o direito da Mãe Terra e de todos os seres vivos.

Essa visão permite articular o contrato social entre os cidadãos e reforça a necessidade de uma sustentabilidade planetária, que sem dúvidas perpassa pela reciprocidade, pela mutualidade e pela troca de dons e de reconhecimento de inúmeros direitos. “Isso implica em nós um dever de gratidão e de retribuição em termos de manutenção das condições ecológicas que lhe garantem fazer o que sempre fez para nós e pra todos os demais seres vivos” (p. 123).

Nesse sentido, a democracia socioecológica emerge como base da sustentabilidade e talvez possa construir para uma sociedade sustentável, ou seja, aquela que se organiza e se comporta de tal forma que as gerações consigam garantir continuamente a vida dos cidadãos e dos ecossistemas nos quais estão inseridos. Talvez esteja aqui à utopia da presente obra ao “reinventar uma forma de viver benevolmente sobre a Terra” (p. 129). Para isso, é necessária uma sociedade com mercado e não uma sociedade de mercado, em que todas as relações tornam-se mercadorias e desumanizam a sociedade. Busca-se, portanto, “a sustentabilidade de nosso desenvolvimento integral para viver com alegria nossa curta passagem por esse belo e pequeno planeta, nossa única Casa Comum” (p. 145).

Nesse contexto, Boff lança também alguns princípios norteadores de uma coeducação sustentável, os quais perpassam pelo reconhecimento de que a Terra é Mãe – um superorganismo vivo – Gaia; a re-ligação de todos os seres vivos, ou seja, há um interdependência do Todo que é o Sistema, seguido da discussão sobre a sustentabilidade global, da preservação da biodiversidade, da valorização cultural, da ciência e da consciência que beneficiem à todos e não como instrumento de mercado, seguido pela superação do pensamento único oriundo da tecnociência, assim como aponta para valorização e virtudes dos excluídos para o bem comum, a equidade para que as conquistas humanas beneficiem a todos e não como atualmente, apenas uma parcela restrita da humanidade. E, por fim indica o resgate aos direitos do coração e do afeto renegados pelo modelo racionalista da Modernidade que por vezes aniquila determinados modos de vida.

Daí a indagação sobre que tipo de sustentabilidade temos e queremos, sobretudo, ao olharmos os países industrializados e ricos; será que esses podem oferecer para Terra outras garantias de sustentabilidade diferentes da lógica de mercado? A partir dessas indagações pode-se mencionar a tragédia anunciada de um mundo insustentável para um mundo justo que se pode construí-lo conjuntamente e torná-lo sustentável.

A partir dessas reflexões, a megaconferência – Cúpula da Terra realizada em junho de 2012 no Rio de Janeiro promovida pela ONU e denominada Rio + 20, propõe alguns

balanços e análises do binômio desenvolvimento e sustentabilidade e sem dúvidas analisa alguns desdobramentos que muitas vezes engendram contradições históricas ou mesmo metáforas do capital tais como “economia verde”, “sustentabilidade” e “governança global do ambiente”, as quais precisam ser continuamente desvendadas para não iludir, e sobretudo, ampliar as desigualdades sob o perverso discurso do verde.

Sobre o autor

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira - Doutorando em Geografia pela Universidade de São Paulo e professor do departamento de Geociências da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES).

Recebido para avaliação em maio de 2016.

Aceito para publicação em maio de 2016.